

8 MAI 1986

# JETON

## Mais uma sessão tumultuada. E projetos parados.

Por falta de apenas um deputado, numa chamada nominal tumultuada, a Câmara mais uma vez não conseguiu ontem votar nenhum dos 216 itens que se acumulam na pauta da ordem do dia — e seu ex-presidente, Flávio Marcílio, culpou Ulysses Guimarães e José Frangelli pelas críticas que o Congresso Nacional vem sofrendo a propósito da questão dos **jetons**.

Essa questão da remuneração dos parlamentares, segundo Flávio Marcílio, está bem equacionada na proposta de emenda constitucional elaborada por uma comissão especial, por iniciativa dos próprios presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Frangelli. É a proposta que restaura as prerrogativas do Poder Legislativo.

"Essa proposta — disse — foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente do Senado Federal. E onde se encontra? Engavetada nas duas presidências. Fala-se muito em remover o entulho revolucionário, mas não há maior entulho que esse, a forma pela qual a revolução tratou o Poder Legislativo. E não estou dizendo isto agora. Quando, por três vezes, exerci a presidência desta Casa, lutei, inclusive contra o governo, para recuperar as prerrogativas do Legislativo, mas infelizmente não consegui."

O pagamento de **jetons**, por sessão, segundo Marcílio, foi uma forma encontrada ("embora não concorde com isso") para permitir o

ajuste da remuneração. Mas os presidentes da Câmara e do Senado "discutem esse assunto mais para a imprensa do que para a Nação". "Por que — perguntou — eles não fazem voltar as prerrogativas do Poder Legislativo, disciplinando de forma correta essa questão?"

As críticas de Marcílio, juntou-se também as do deputado Adail Vitorazzo (PDS-SP). Quando o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) também criticava a liderança do governo por não colocar sua banca para votar as matérias em pauta, o líder Pimenta da Veiga (PMDB-MG) entrou em plenário e, irritado, disse que ali não era lugar para "brincadeiras".

Na presidência da mesa, Celso Amaral (PTB-SP) pediu chamada nominal. Em plenário, naquele momento, não havia mais que 80 deputados (embora tivesse sido anunciada a presença de 318), para a votação do projeto de lei do executivo que assegura mordomias (residências funcionais) a altos funcionários. Isso provocou revolta de alguns deputados do PDS (principalmente Sebastião Curió, Gerson Peres, Cunha Bueno e Leone Belém), que procuraram tumultuar a votação. Pimenta da Veiga ainda tentou convencer o líder Amaral Neto, que acabou concordando em permitir o prosseguimento normal da sessão. Concluída a votação, houve 59 votos contra as mordomias, 177 a favor e 3 abstenções, num total de 239, quando o mínimo exigido é 240.